

A CONTABILIDADE E A IMORALIDADE NO ESTADO NOVO (ANOS 30 E 40)

Joaquim A. Calado Cochicho¹
joaquimacalado@gmail.com

APOTEC-Lisboa

fecha de recepción: 01/07/2011
fecha de aceptación: 05/09/2011

Resumen

El Archivo de Torre de Tombo nos lleva a un encuentro con la Historia. Un nombre desconocido para las Ciencias Sociales y Humanidades, José Barata Júnior, preso político en las décadas de los años 30 y 40 del siglo XX, renace sin una vida pasada en el contexto político, económico y social del tiempo en el que fue prisionero. Y también, el concepto de Historia Contemporánea –Estado Nuevo.

Un régimen político y dos discursos: uno el que difunde la propaganda, otro el que el pueblo siente. Salazar establece el rigor y la disciplina en la Contabilidad Pública e invoca la ley y una moral superior para el Estado. El mismo Estado, reprime, censura, arresta, tortura y practica la inmoralidad en la “contabilidad” del número de presos políticos muertos en el Penal de Tarrafal, en Cabo Verde.

Palabras clave: José Barata Júnior; Colónia Penal do Tafarral (Cabo Verde); Contabilidad pública; Antonio de Oliveira Salazar; Estado Novo.

Abstract

The Archive of Torre do Tombo leads us to an encounter with History - a name unknown to the Social Sciences and Humanities, José Barata Jr., a political prisoner in the 30s and 40s of the twentieth century. When he was a prisoner, a past without life reborn in the political, economic and social time. And, also, the concept of Contemporary History - "New State".

A political regime and two speeches: One that propaganda broadcasts, other that the people feel. Salazar establishing rigor and discipline in the Public Accounts and invokes the Law and a Moral superior to the State. The same State represses, censorships, arrests, tortures and

¹ Ex-Assessor da Torre do Tombo. Conselheiro do Centro de Estudos de História da Contabilidade da APOTEC, Rua Rodrigues Sampaio, 50, 3º Esq., 1169-029-Lisboa.

practices immorality in the "Accounting" of the number of political prisoners killed in the Penal Colony Tarrafal in Cape Verde.

Keywords: Accounting; Politic; Social; Immorality.

Resumo

O Arquivo da Torre do Tombo leva-nos a um encontro com a História – Um nome desconhecido das Ciências Sociais e Humanas, José Barata Júnior, preso político nas décadas de 30 e 40, do Século XX. Renasce um passado sem vida no contexto político, económico e social do tempo em que foi prisioneiro. E, também, o conceito de História Contemporânea – "Estado Novo".

Um Regime político e dois discursos: Um que a propaganda difunde, outro que o povo sente. Salazar estabelece rigor e disciplina na Contabilidade Pública e invoca a Lei e uma Moral superior ao Estado. O mesmo Estado reprime, censura, prende, tortura e pratica a Imoralidade na "Contabilidade" do número de presos políticos mortos na Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde.

Palavras chave: José Barata Júnior; Colónia Penal do Tafarral (Cabo Verde); Contabilidade pública; Antonio de Oliveira Salazar; Estado Novo.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo², uma das Instituições portuguesas mais antigas, tem à sua guarda um valioso acervo documental que remonta a séculos anteriores à fundação de Portugal³ e desde muito cedo verificou-se ser necessário preservar todo este património arquivístico. Ali poderemos encontrar verdadeiros testemunhos da nossa Cultura e da nossa História como por exemplo, o humanismo de Damião de Goes, a retórica do Padre António Vieira, o rigor histórico de Alexandre Herculano, ou ainda, o nome de José Barata Júnior um desconhecido das Ciências Sociais e Humanas. No entanto, estudar a sua vida como prisioneiro, nos anos 30 e 40 do século passado, no campo do Tarrafal na ilha de Santiago, em Cabo Verde, pode ajudar-nos a compreender aquele período da nossa História Contemporânea. A prisão, condenação e desterro de José Barata Júnior ocorrem num contexto político, social, económico, cultural e militar, tendo em conta que um País é uma realidade em constante evolução Assim, antes de procurarmos analisar isoladamente a fonte de informação histórica que representa a prisão de José Barata Júnior importa interpretar a bibliografia crítica relacionada com a situação económica e social do País no contexto daquela detenção, bem como analisar o período histórico que antecedeu a chegada de Salazar ao governo do País.

² A Torre do Tombo surge no final do Sec. XIV pela necessidade de conservação dos registos escritos, oficiais e oficializados, documentos gerados pelo poder régio na sua acção interna e nos negócios com o estrangeiro.

³ A Torre do Tombo guarda documentos que vêm do Séc. IX até aos nossos dias, escritos em suportes de pergaminho, papel, papel de arroz e folha de palmeira.

Os 16 anos da 1ª República Portuguesa (1910–1926) geraram crises governamentais sucessivas devido a problemas relacionados com a história financeira daquele período temporal, sobretudo o equilíbrio orçamental, o montante da dívida pública e a desvalorização da moeda. Este trabalho não pretende ilustrar com detalhe a importância da carga tributária no tecido económico-social, no entanto, refira-se a existência de estudos sobre impostos que nos poderão ajudar a compreender a carga tributária do País, quer as contribuições directas e indirectas, quer a legislação tributária e fiscal⁴. E também um conjunto de tabelas e gráficos com muita utilidade para a história financeira em geral, que nos indicam, desde 1910, os números relativos à dívida pública, às receitas e despesas do Estado⁵. Entretanto, a Lei nº 1368, de 21 de Setembro de 1922, viria a instituir um novo regime tributário, conforme a Estatística das Contribuições e Impostos e liquidação e cobranças nas gerências de 1922-1923 e de 1924-1925⁶.

Relativamente aos Orçamentos Gerais do Estado eles contemplam três rubricas: leis de receita e despesa, propostas orçamentais e orçamentos gerais propriamente ditos. A partir da gerência de 1920-1921 existe uma publicação regular e sistemática das Contas Públicas⁷ e um resumo claro e prático das Contas Gerais do Estado, entre 1910 e 1925, publicado em 1926, que revela dados históricos relativos à Dívida Pública, Moeda, Tesouraria, Contas da Gerência do Estado e Assistência Financeira às Colónias e Contas dos Anos Económicos, Receitas e Despesas, Sistema Tributário e Regime dos vencimentos dos funcionários⁸. Porém, o estudo mais completo sobre orçamento e contas gerais do estado deve-se a Armindo Rodrigues Monteiro, político que defendeu a “tese catastrófica”, considerando Portugal à beira da ruína⁹.

O estado financeiro do País agravou-se com a guerra, que veio desorganizar mais as finanças portuguesas, uma situação difícil que mais ou menos atingia outros Estados dentro e fora da Europa. Perante este clima surgiram autores pessimistas, partidários da tese de que o País se afundava sem remédio devido ao total “descalabro” financeiro, ajudando a criar no povo um sentimento de pânico e aos governos dificuldades sem fim. Entre os autores mais lúcidos e inteligentes refira-se Quirino de Jesus e Ezequiel Campos, cujas publicações conjuntas abordam problemas financeiros e económicos. Enquanto Ezequiel de Campos faz uma análise serena e verdadeiramente crítica em “A Restauração Financeira”, Quirino de Jesus diz-nos que tudo está mal e aponta o abismo como destino da Pátria, conforme capítulo que designa por: A Desorganização Nacional¹⁰.

⁴ Anuário das Contribuições Directas sobre estatística financeira, editado pelo Ministério das Finanças. Cada volume corresponde a um ano civil e económico.

⁵ Portugal Económico e Financeiro, de José Dias de Araújo Correia, Vol. II, Lisboa, 1938.

⁶ Publicação do Ministério das Finanças, Direcção de Estatística, Lisboa, 1927, continuada por novo volume referente ao ano de 1925-1926, Lisboa, 1928.

⁷ Ministério das Finanças, Direcção Geral de Contabilidade Pública, Lisboa, a partir de 1937.

⁸ Situação Económica e Financeira do País, de F.G. Velhinho Correia, Comissão Executiva da Conferência de Paz, Lisboa, 1926.

⁹ Orçamento Português, de Armindo Rodrigues Monteiro, 2 vols. Lisboa, 1921-1922.

¹⁰ A Crise Portuguesa. Subsídios para a política de Reorganização Nacional, de Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus, Porto, 1923.

Muito mais ponderado e realista se mostra António de Oliveira Salazar na tese que apresentou ao Congresso de Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, em 1923, sob o título de “Redução das Despesas Públicas”, um verdadeiro programa esquemático que preconiza a redução das despesas como meio principal para obter o equilíbrio do orçamento. António de Oliveira Salazar viria a publicar, mais tarde, um estudo histórico sobre os orçamentos, focando especialmente as receitas no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra¹¹.

No campo político relativo ao período que antecede o convite feito a Salazar para integrar o governo, refira-se a importância da nomeação interina do General Carmona para Presidente da República, no dia 26 de Novembro de 1926. e quando Carmona aderiu à tendência totalitária, rapidamente desiludiu a ala republicana. Estas reacções republicanas foram anuladas pelas forças governamentais e os chefes partidários deportados para presídios nos Açores, Guiné, Cabo Verde e Angola. A censura militar da imprensa foi instalada e proibidas as actividades aos partidos políticos, sindicatos e organizações político-sociais. Alguns políticos exilaram-se em países como Espanha, França ou Brasil, onde tentam boicotar o reconhecimento internacional do novo regime. O exemplo mais significativo é o da Acção da Liga de Paris, da qual faziam parte António Sérgio, Jaime Cortesão, Afonso Costa e Álvaro de Castro e esta mesma Liga tentou impedir a concessão de um empréstimo a Portugal, sob a égide da Sociedade das Nações. Este empréstimo externo solicitado pelo governo português em 1927 não se concretizou devido às condições da Sociedade das Nações e à recusa britânica.

O General Óscar Carmona, eleito presidente em Março de 1928, convidou para a pasta das Finanças António de Oliveira Salazar, um cargo que já tinha ocupado no segundo governo de Mendes Cabeçadas, por um curto espaço de tempo. Salazar rapidamente conseguiu impor a sua personalidade no governo o que lhe permitiu acumular a pasta das Finanças com a das Colónias, considerados Ministérios estratégicos. Os bons resultados financeiros que Salazar conseguiu tornaram-no um político prestigiado e muito homenageado.

Logo no discurso da sua posse como Ministro das Finanças, em Abril de 1928, Salazar formulou exigências que lhe permitiram exercer uma verdadeira ditadura financeira sobre os gastos orçamentais. Para uma melhor execução orçamental cada Ministério passou a dispor de Repartições de Contabilidade Pública. Organizam-se as principais reformas institucionais: a regulamentação da Contabilidade Pública e a renovação do Tribunal de Contas de modo a prevenir irregularidades e desperdícios. Reforça-se o princípio legal do equilíbrio orçamental que define a base da elaboração do Orçamento de Estado. A par da reforma orçamental verificou-se a reforma da dívida pública.

O Orçamento de 1928-1929 apresenta nas receitas 2175 mil contos, nas despesas 1900 mil contos e um saldo positivo de 275 mil contos. A dívida externa estava integralmente paga em Junho de 1929 e a interna em Junho de 1934.

¹¹ “Arrumação Orçamental das Receitas” in Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ano X, 1926-1928, pp 64-120.

Relativamente aos empréstimos externos, designadamente os de origem britânica, não constituíram nos anos trinta uma fonte significativa de pressões sobre o Tesouro Português, como aconteceu na transição do Séc. XIX para o Séc. XX e ainda durante a 1ª República. O último empréstimo amortizável externo, titulado por obrigações, datava de 1902. O total da dívida externa amortizável fundada, herdada da monarquia, rondava entre 1923 e 1939, 3 a 3,4 milhões de contos a uma taxa média de juro entre os 2,7 e 2,8%. O seu regime foi sendo sucessivamente alterado e a maioria foi convertida, em 1940, em dívida consolidada interna. O único empréstimo amortizável externo especial, por contrato, contraído neste período foi o que viria a decorrer da dívida de guerra à Grã-Bretanha durante a I Guerra Mundial: 27 527 186 libras. Pelo acordo luso-britânico de 31 de Dezembro de 1926, o empréstimo foi convertido, passando da classificação de dívida flutuante externa para dívida amortizável externa, sendo o seu pagamento condicionado ao cumprimento por parte da Alemanha da sua dívida de guerra para com Portugal.

Desde o início da década de trinta o governo dispõe de uma situação favorável em relação ao endividamento externo, liberdade que os governos da monarquia e da Primeira República não tiveram.

Tabela I. Saldos das Contas Públicas (U: dezenas de milhares. de escudos)

Anos económicos	Receitas efectivas	Despesas efectivas	Saldos efectivos
1928/29	2047,4	1757,2	+290,2
1929/30	1945,0	1861,7	+85,3
1930/1931	1845,5	1729,6	+115,9
1931/32	1893,8	1845,8	-11,1
1932/33/	1920,2	1931,3	+9,5
1933/34	1983,0	1973,5	

A política de estabilização financeira e económica prosseguida pelo Estado Novo desde a tomada de posse de Salazar, em 1928, como Ministro das Finanças, poderia sintetizar-se no discurso que o Chefe do Governo fez no encerramento do I Congresso da Indústria, em Outubro de 1933: Aqueles que garantem a ordem, saneiam a moeda, desenvolvem o crédito, facilitam os meios de comunicação, manejam as pautas, negociam os tratados comerciais e organizam os trabalhadores, pretendem apenas criar as condições indispensáveis à produção portuguesa...” (O Salazar, Discurso I, 249).

Ou seja, a política económica de Salazar consistia também em conter e disciplinar o movimento sindical, assegurar a ordem pública, tornar mais barato o crédito, fomentar as exportações, assegurar uma protecção aduaneira equilibrada, melhorar os meios de transportes. No entanto, (...), o governo português não se limitou a providenciar o equilíbrio orçamental, a estabilizar a moeda e a controlar os preços. Em comparação com governos de outros países que enveredaram por orientações idênticas e mais radicais, Salazar fez adoptar medidas de reanimação da procura e de estímulo às actividades económicas que ultrapassam a clássica resposta inicial restritiva, deflacionista e não

intervencionista face à crise. Como por exemplo: o abaixamento da taxa média de desconto através da redução da de redesconto (de 1928 a 1938 elas baixam de 10,5% e de 8% para 5,25% e 4%); o acompanhamento da desvalorização da libra em 1931; a política de protecção aduaneiro, tanto no mercado nacional como no mercado colonial; a reanimação do papel económico das colónias; o bloqueamento dos salários e o rígido tabelamento e controlo dos preços dos principais bens de primeira necessidade¹².

Este esforço de recuperação financeira sacrificou agricultores e sobretudo as classes médias devido ao desemprego*, criando-se um ambiente social tenso e instável que só o conceito de ordem do “estado forte” e o exercício da autoridade interior permitem manter pela força.

Tabela 2. Evolução do Número de Desempregados*

Anos	1931	1932	1933	1934	1935
N: de desempregados	3910	19847	23998	36955	37719

Fuente. (Anuário Estatístico, I.N.E.).

Ressalve-se o facto das estatísticas oficiais não reflectirem cabalmente o volume real do desemprego verifica-se uma redução de quase 40% do número oficial de desempregados de 1931 a 1933. Este número volta a subir em 1934, estabilizando-se até ao fim da década em valores idênticos¹³.

A recuperação financeira do País exercida pela autoridade permitiu a construção do mito Salazar. Os anos trinta são fortemente marcados pela depressão capitalista e pela ideia de um poder personalizado. A visão quase messiânica do líder salvador que, no meio da crise generalizada, surge para salvar as Nações da bancarrota final, aparece um pouco por toda a parte: na América do “New Deal” é Franklin Roosevelt, que comanda os Estados Unidos na saída da depressão, e na Alemanha nazi, é Hitler que aparece como restituidor da dignidade alemã. Salvaguardadas as diferenças, fica-nos a visão do Homem invulgar que ultrapassa as limitações humanas e históricas para o bem-geral do país.

A imagem do político no Estado pós-liberal é uma arma para a manutenção do poder, e se a repressão é uma constante em determinados regimes, a manipulação desta imagem revela um controlo mais subtil mas, nem por isso, menos eficiente. A importância da propaganda política, surge-nos com clareza ao analisarmos os “mitos” que foram criados em torno de determinadas figuras no período entre-guerras, nomeadamente ditadores

¹² “O Estado Novo nos Anos Trinta – 1928-1938”, de Fernando Rosas, pags. 204 e 205 Lisboa, 1986.

¹³ As estatísticas disponíveis sobre o volume de desemprego não coincidem entre si, mas apresentam valores aproximados, de acordo com o Anuário Estatístico, 1937, Relatório do Banco de Portugal de 1931 a 1936.

como Mussolini, Hitler ou Salazar. As biografias produzidas após a Primeira Guerra Mundial, (...) são uma fonte privilegiada para a reconstrução destas figuras do imaginário político do Estado intervencionista ou autoritário. Algumas obras tiveram como objectivo fornecer uma visão da imagem oficial de Salazar como político e como personagem messiânico¹⁴. A primeira obra que versa sobre Salazar foi publicada em 1930, “O Ditador das Finanças” da autoria do jornalista Leopoldo Nunes onde é apresentado no prefácio de Armindo Monteiro como “chefe incontestado do movimento de ressurreição”¹⁵. A ideia de “Messias” é uma constante nas obras que versam sobre Salazar, apresentando o Presidente do Conselho com caracterização religiosa:

No Céu é nosso Jesus
Que todo o bem produz
Em Portugal é Salazar
Que nos veio trazer a luz,
As honras não o seduz
E a Nação veio salvar¹⁶

Salazar, homem de Estado definido por biógrafos como mítico, cuja composição da sua figura política e humana deriva da linha de rumo que traçou para um Estado absurdo, apoiado pela censura e pela repressão policial – o Estado Novo.

Na entrevista que Salazar concedeu a António Ferro, em 1932, fala em “ditadura” sem qualquer complexo: “A nossa ditadura aproxima-se, evidentemente, da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços ou obstáculos.(...) O Estado Novo português, não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora”¹⁷.

E noutro momento, Salazar referiu o regime político português, como um regime de brandos costumes, modesto como a própria vida da Nação, amigo do trabalho e do povo. Disse, ainda, relativamente ao País, não existir agitação superficial ou profunda, nem divisões das classes, nem ódios irreprimíveis na grande massa, irmanada hoje na aspiração suprema do engrandecimento nacional¹⁸.

O grande desafio de Salazar consistia em impor a ordem no Estado, quer em termos financeiros, quer em termos sociais. O País não lhe causava problemas, nem o atraso,

¹⁴ “Salazar: a elaboração de uma imagem” de Heloísa de Jesus Paulo in Revista de História das Ideias – Faculdade de Letras de Coimbra, Vol. 18 – 1996.

¹⁵ “O Ditador das Finanças” de Leopoldo Nunes, p. 7, Lisboa, 193º.

¹⁶ “Saudação à Bandeira Portuguesa e a Salazar”, de José Alves Amorim, A. do Heroísmo, 1954.

¹⁷ “Salazar, o homem e a sua obra” de António Ferro, Lisboa, p. 74 – 1933.

¹⁸ Discursos e notas políticas de António de Oliveira Salazar, Vol.II, 1935-1937, Coimbra, 1945.

nem o isolamento, nem as desigualdades sociais o perturbavam. Salazar sentia-se bem nesta sociedade em que 80% da população vivia no campo. A característica mais evidente desta sociedade era a sua extrema pobreza. Grande parte da população quer no campo quer nas cidades passava fome. O que mudou com o regime de Salazar não foi a dimensão da pobreza mas sim a maneira como o problema passou a ser visto. O regime adoptou uma visão fatalista da pobreza. Segundo a versão oficial o pauperismo não tinha causas económicas mas sim morais. Tratava-se de combater a pobreza sem o auxílio do Estado e alertando os pobres para os perigos da sua imprevidência. O Estado Novo considerava que competia às famílias abastadas auxiliar os “seus” pobres com um naco de pão.

O Estado Novo surgiu como o agente providencial que veio para solucionar os problemas sociais. O discurso do regime tinha na temática da assistência social um dos grandes eixos das iniciativas do Secretariado de Propaganda Nacional onde se procura transmitir o quadro idealizado de um Portugal de aldeias brancas e de trabalhadores sorridentes que cantam canções folclóricas nas lides diárias, conforme título de uma publicação do SNI: “Portugal. Terra onde se canta e ri, reza e trabalha”. O interesse paternalista do Estado, realizando o que Fernando Correia da Silva, denominou por “profilaxia da miséria”, procura responder ao aumento da mendicidade e à falta de assistência nos meios rurais.

A própria imagem de austeridade de Salazar, a organização de órgãos de assistência médica destinados às mães, crianças e doentes, sobretudo aos tuberculosos, a implantação das Casas do Povo, as campanhas de “auxílio aos pobres”, apresentou sempre o discurso do Estado Assistencial. A ideia de um povo rude, sem instrução, sem poder de decisão, era uma constante ameaça populacional à tranquilidade da elite social. Assim, era preciso salvar a Raça e, ainda, as crianças a quem “os pais não têm maneira fácil de vigiar, de as guiar e as atiram para a rua, onde vivem em promiscuidade com os cães e as galinhas, onde se viciam fisicamente, onde se degradam moralmente, adquirindo tantas vezes doenças que perduram, vícios que jamais se apagam e que estigmatizam todo o resto da sua existência”, palavras do Professor Bissaya-Barreto na inauguração da Casa da Criança Rainha Santa Isabel, em Coimbra.

No plano demográfico verificou-se uma expansão firme da população, embora com oscilações e sofrendo o impacto das flutuações da corrente emigratória. De uma população total em 1911, de 5 547 708 passa-se em 1940 para 7 185 142 habitantes. Em 1911 57,1% da população activa dependia da agricultura, baixando para 50% em 1930. O País era, ainda, fortemente rural e economicamente atrasado em comparação com outros países. Entre 1913 e 1929, início da grande depressão, verifica-se um acelerado progresso do mundo industrializado estrangeiro. Por exemplo, a produção de aço subiu 24%, uma indústria que não existia em Portugal¹⁹.

A disponibilidade de novos recursos financeiros possibilitou a partir de uma política de fomento sempre subordinada à política de equilíbrio financeiro. A política de infra-estruturas nesta época inteiramente assegurada pelo Estado, tem quatro expressões

¹⁹ “A dinâmica económica desde 1910 até à década de 1960”, de Armando de Castro, in História de Portugal, vol 6, pags. 244-245, Lisboa 1983.

principais: a construção ou melhoramento de infra-estruturas portuárias, rodoviárias, urbanas e outras de carácter escolar, hospitalar, etc. No seu conjunto as despesas globais com infra-estruturas chegam a representar 82% do seu conjunto em 1928/29 e de 66% em 1938, correspondendo a uma parcela significativa das despesas totais do Estado: 16% e 13%, respectivamente²⁰.

Ora, a disponibilidade de recursos financeiros acima referida permitiu a construção de obras públicas e de infra-estruturas, tendo sido nesta linha de fomento construída a Colónia Penal do Tarrafal, na ilha de Santiago em Cabo Verde.

As verbas do Orçamento destinadas ao fomento colonial ou com ele relacionado foram sempre diminutas, de acordo com instruções acerca do equilíbrio orçamental para as contas das colónias impostas pelo Estado Novo. Entre 1928 e 1938 as despesas públicas com as colónias nunca ultrapassaram os 2% das despesas do Estado, ficando em 1% até ao fim da II Guerra Mundial²¹.

A história social da génese do Estado Novo indica-nos que dois grandes blocos sociais apoiaram a instauração da Ditadura Militar em 1926 e o nascimento do Estado Novo. De um lado, os médios e grandes interesses económicos da indústria, do comércio e da agricultura. Eram estas as “forças vivas” da segunda metade dos anos vinte agrupadas na União de Interesses Económicos. Um outro grande bloco, ressentido com os efeitos da acção política, económica e social dos republicanos, agrega uma vasta gama de pequenos industriais, comerciantes e agricultores à beira da ruína provocada pela crise económica, a que se junta a pequena burguesia urbana, fortemente atingida pela crescente inflação e pela desvalorização dos rendimentos fixos.

Um terceiro bloco encontrava-se isolado, o movimento operário e as suas organizações políticas e sindicais, tendo sido a única força social a contestar abertamente o “28 de Maio” de 1926. As bolsas de contestação surgiram nos trabalhadores alentejanos, onde o Partido Comunista obteve implantação e em zonas de concentração operária. O fácil triunfo do golpe militar, derivado da sua larga base social de apoio, permitiu o derrube da I República e a consolidação do Estado Novo em 1933²².

O regime do Estado Novo assentava na acção de um partido único servido por uma propaganda mobilizadora. Um regime autoritário baseado na força carismática de um “Chefe”, regime que penetra em toda a esfera social, numa concepção de que o Estado tudo representa, em termos de interesse nacional que pode servir-se de todos os meios ao seu alcance, numa prática maquiavélica política e amoral, mesmo que invoque a lei e a moral e até uma lei e uma moral que é superior ao Estado. (...), Salazar apresentou o Estado Novo como um Estado onde se exercia a força autoritária, mas numa ética paternal e de benevolência. O conceito de intolerância era só utilizado no vocabulário

²⁰ “O Estado Novo Nos Anos Trinta, 1928-1938” fe Fernando Rosas, p. 258. Lisboa, 1986.

²¹ “As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas guerras mundiais”, de Nuno Valério, 1982; p. 334 – 1982.

²² “O Estado Novo nos Anos Trina, 1928-1938” de Fernando Rosas, pags. 116 e 117, Lisboa, 1986.

salazarista quando de dirigia criticamente à democracia liberal da Primeira República ou às práticas da oposição, nomeadamente da oposição comunista. Um exemplo significativo, tirado das próprias palavras de Salazar, num discurso proferido e radiodifundido em 9 de Setembro de 1934, para as sessões de propaganda no País:

“O nosso liberalismo soava a falso – foi sempre intolerante e jacobino. Sê-lo-ia amanhã mais refalsamente se pudesse outra vez instalar-se no poder. Deixaria de ser apenas anti-católico para ser anti-cristão, irreligioso, furiosamente ateu; deixaria de ser estranho a coisas do espírito para ser teórica e praticamente amoral. A sua tendência fatal para a exploração das massas sem benefício palpável do povo, para o igualitarismo em baixo, leva-o, e levá-lo-ia depois ainda mais, para o ódio a tudo o que é superior pela inteligência, pela virtude, pela beleza. O seu fim –como se tem verificado em todos os países– seria o comunismo, ponto de encontro das mais variadas tendências, pelas últimas deduções da doutrina e pela consequência fatal da revolta contra a razão, a disciplina e a autoridade.”

É portanto, em nome de uma moral política que se exerce a força, embora Salazar tenha sempre afirmado o seu respeito pela moral, como entidade para além da política, e pelo direito, justificação para manter uma aparência formal de ordem éticojurídica. Esta lógica de ambiguidade e até de contradição levava Salazar a justificar a força necessária, fugindo sempre à ideia de que estava a praticar a violência. Afirmou em entrevista de 1932-33, “que os presos normalmente mentiam quanto às violências praticadas pela polícia e os presos maltratados, eram sempre, ou quase sempre terríveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondidas as suas armas criminosas e mortais”. O estudo dos aparelhos de polícia e de repressão política do Estado Novo e da prática da repressão tem sido realizado nos últimos anos, sobretudo desde que ficou ao dispor dos investigadores o “Arquivo da PIDE/DGS, depositado na Torre do Tombo²³”.

As prisões de Aljube, Peniche, S. Nicolau, Caxias e Machava, ao serviço da política P.V.D.E., provocaram grande sofrimento aos presos e seus familiares. Porém, a prisão do Tarrafal foi a mais simbólica do regime porque nos deu a dimensão do sentido repressivo do Estado Novo.

Ora, foi para essa prisão situada na ilha de Santiago, em Cabo Verde, a Colónia Penal do Tarrafal que João Barata Júnior, em 1936, foi desterrado²⁴, condenado a 16 anos de prisão, bem como centenas de outros presos políticos condenados a penas prolongadas. A colónia Penal do Tarrafal, denominada pelos próprios presos por “campo da morte lenta”, tornou-se num instrumento de repressão do Estado Novo e da polícia política PVDE, tendo em conta as condições infra-humanas de cativo, maus-tratos e insalubridade, submetendo os presos a um regime cruel de torturas, de fome e de doenças.

²³ Estados Novos – Estado Novo, de Luís Reis Torgal, pags 395 a 397, Coimbra 2009.

²⁴ Decreto 21 942, de 5/12/1932, regulava o regime de punição dos chamados “crimes de rebelião”.

Em 1936 tinha começado a guerra civil de Espanha, o barco da Armada Portuguesa “Afonso de Albuquerque” tinha regressado da sua missão de “observação” a pretexto de proteger interesses portugueses em Espanha. Porém, parte da tripulação recusou desembarcar em portos franquistas, manifestando a sua simpatia pelos Republicanos. Foram considerados revolucionários, presos e destituídos da Armada.

No dia 8 de Setembro do mesmo ano houve contestação à destituição dos revolucionários da Marinha de Guerra e também contra o apoio de Salazar ao Generalíssimo Franco.

Esta ocorrência ficou conhecida por “Revolta dos Marinheiros”. Salazar ordenou que a revolta fosse sufocada e estes revoltosos foram presos, julgados e condenados a penas de prisão pesadas e desterrados para a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde.

José Barata Júnior, era, naquela data, um jovem marinheiro e fazia parte deste grupo de presos, acusado com outros marinheiros de participar na revolta dos navios “Bartolomeu Dias”, “Afonso de Albuquerque” e “Dão”, em 8 de Setembro, julgado no Tribunal Especial, em 13 de Outubro de 1936, e condenado a 16 anos de prisão. No dia 18 do mesmo mês embarcaram 157 presos políticos no navio “Luanda”, com destino à Colónia Penal do Tarrafal, cujas instalações foram inauguradas.

O movimento de contestação dos marinheiros, em Setembro de 1936, precipitou a instalação da Colónia Penal na ilha de Santiago. Entre as ilhas de Cabo Verde, Santiago é a maior e uma das mais próximas do Equador e aquela que tem a Zona de pior clima – a Achada do Tarrafal. A baía do Tarrafal, entre Julho e Novembro, quando o vento nordeste não sopra é zona de paludismo. O mosquito anófele alimenta-se com sangue e é nos glóbulos vermelhos que se reproduz e se completa o ciclo evolutivo do plasmódio, sendo, portanto, o mosquito transmissor do paludismo.

No campo do Tarrafal, os presos, para além do arame farpado e dos guardas armados, o mosquito era um executor discreto. Sem a possibilidade de ferver a água inquinada, sem mosquiteiros, sem medicamentos, com má alimentação, trabalhos pesados, espancamentos, semanas de “frigideira”²⁵, todas as resistências orgânicas se desmoronavam abrindo caminho fácil ao paludismo e às biliosas. (...) Sem água não é possível a vida e não há memória de cidade nascida distante de um rio. No campo do Tarrafal a água que nos estava destinada vinha do Poço do Chambão, situado a 700 metros. Ali se juntavam mulheres e crianças que vinham de longe com as suas vasilhas. A água, puxada a balde e corda, escorria pelas pernas das mulheres, com chagas que pareciam lepra, envoltas em trapos e ligaduras sujas e pelos pés imundos e novamente a água ia cair no poço. Era esta a água que bebíamos. Estava contaminada com excrementos de cabras e burros lazarentos que ali iam beber todos os dias. Pelo tempo das chuvas, raras mas torrenciais, as enxurradas que desabavam das montanhas arrastavam consigo burros, cães e aves mortas. A água é fonte de vida mas também pode ser de morte quando está inquinada e é causa de diarreias e febres intestinais. O poço de Chambão fazia parte do plano de morte a que nos condenaram. O director e os

²⁵ Caixa em cimento, onde os presos cumpriam penas disciplinares com temperaturas muito elevadas – entre 40° e 50°.

guardas da colónia penal abasteciam-se de água na Ribeira da Prata a alguns quilómetros do Campo²⁶.

Nestes termos, a matéria em análise indica-nos a existência de um Estado Novo que estabelece um regime com um controlo directo sobre as finanças públicas. O regime acudia, pontualmente, à necessidade de reforço de verba de algumas rubricas, conforme testemunha o Decreto nº 19 894, de 1935, que autoriza o reforço de verba para encargos provenientes da detenção de indivíduos por crimes políticos e sociais.

Estado que regulamenta e exige o cumprimento com rigor do equilíbrio orçamental, determinando que a Contabilidade Pública seja um instrumento decisório na moralização da política financeira do regime.

Este mesmo Estado estabeleceu que o equilíbrio orçamental fosse progressivamente estendido às colónias ultramarinas. A Carta Orgânica do Império Colonial Português, de 1933, atribuiu ao Ministro das Colónias a fiscalização da administração financeira, prevendo a responsabilização das autoridades administrativas em caso de infracções financeiras de diversa ordem. O Acto Colonial, Decreto 18 570, de 8 de Julho de 1930, já com Salazar como Ministro das Colónias, estabelece relativamente às garantias económicas e financeiras que “cada uma das colónias é pessoa moral”, referindo, ainda, que a metrópole e as colónias têm uma solidariedade natural pelos seus “laços morais” e políticos. Esta Lei-padrão da colonização portuguesa até aos anos 50 vem proclamar para o País uma função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos, afirmando como sua ideia basilar que o Estado não aliena, por qualquer título, nenhuma parcela do seu território colonial. Aos domínios de Portugal se passa a chamar “Império Colonial”. Esta Lei estabeleceu o fim da autonomia financeira das colónias cujo orçamento geral passa a depender da aprovação expressa do Ministro das Colónias, impondo o princípio do estrito equilíbrio das contas. Refere, ainda, que as Colónias deixam de poder contrair empréstimos em países estrangeiros.

Os dados em análise dizem-nos que o Estado Novo legislou e na sua lei estabeleceu a ordem, a disciplina, o rigor e a moral da Contabilidade Pública e do País.

Entretanto, o mesmo Estado construiu em 1936, a Colónia Penal do Tarrafal, onde deteve centenas de prisioneiros durante cerca de duas décadas. E apesar da publicação do Acto Colonial e da Carta Orgânica do Império Colonial Português, a fiscalização da administração financeira da instituição penal, nos anos que se seguiram, não impediu a degradação, ano após ano, das condições sanitárias do campo, conforme refere uma exposição de um prisioneiro médico em Maio de 1944.

A fome, a tortura²⁷, a doença e a morte permanecem durante o cativo, bem como o desrespeito pela vida humana por parte do Estado. E perante a ausência de fontes

²⁶ “Tarrafal – Testemunhos”, Obra publicada por ex-presos que sobreviveram à prisão do Tarrafal, entre os quais surge José Barata Júnior como co-autor, Lisboa, 1978.

²⁷ Serviços de Estatística: resumo do exame feito aos serviços dos funcionários da Colónia Penal de Cabo Verde durante o ano de 1939. Inclui mapa dos reclusos entrados na Colónia

contabilísticas que comprovem a falta de reforço da dotação orçamental da colónia penal, resta-nos a “Contabilidade”²⁸ do número de mortos feita pelo prisioneiro médico, contabilidade que testemunha a imoralidade do Estado Novo.

José Barata Júnior esteve preso 14 anos, 4 meses e oito dias e foi um dos sobreviventes da Colónia Penal do Tarrafal.

Existem teorias históricas ou sociológicas da Contabilidade que situam o fenómeno contabilístico num contexto social, relegando para segundo plano a problemática do objecto da Contabilidade ou da sua configuração técnica. Essas teorias procuram interpretar por referência a um conjunto de variáveis históricas, sociais, económicas, jurídicas, técnicas e culturais, o conjunto das práticas organizacionais e sociais, nas quais se inserem as práticas contabilísticas. São teorias holísticas e não atomistas da contabilidade²⁹.

Nesta linha de pensamento, Francisco d’Auria, autor de “Primeiros Princípios da Contabilidade Pura”, opõe-se a outras escolas de fundo económico, que defendem a Contabilidade como a “ciência do equilíbrio patrimonial”, diz-nos que a Contabilidade Pura pode ter por objecto quaisquer grandezas variáveis. Ou seja, segundo o autor a Contabilidade tornada uma “sistemologia”, pode-se aplicar a qualquer campo mensurável: demográfico, biológico e mesmo moral³⁰.

Ora, a História tem por fim estudar a evolução humana em cada período cronológico, procurando interpretar os acontecimentos no ambiente que os gerou. O tempo em análise apresenta um Estado Novo que exercia a força autoritária, numa ética paternal e intolerante, pedindo ao povo que entoasse vivas a Salazar pela ordem e disciplina que introduziu na Contabilidade Pública e o equilíbrio orçamental.

Porém, um País pode ver-se como o resultado de um enriquecimento da consciência colectiva dos seus valores morais e na sua vertente humana.

Bibliografia

- Almeida, José Joaquim Marques de (2010). *Teorias do conhecimento contabilístico – Rupturas epistemológicas*. APOTEC, VI Jornada de História de Contabilidade, Coimbra.
- Castro, Armando de (1983). “A dinamização económica de 1910 até à década de 1960”. In *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa.

Penal desde a sua fundação e um mapa discriminativo dos castigos aplicados aos reclusos desta Colónia Penal durante o ano de 1939, Tarrafal, 31 de Dezembro de 1939, 60 f. Arq. Da PIDE/DGS. NP 9129.

²⁸ Exposição enviada por Ferreira da Costa ao Ministro do Interior, em Outubro de 1944, Crítica às irregularidades e prepotências praticadas no Campo do Tarrafal; Arq. PIDE/DGS, in Processo nº 1068, ANTT.

²⁹ “Teorias do conhecimento contabilístico – Rupturas epistemológicas” de José Joaquim Marques de Almeida, APOTEC, VI Jornada de História da Contabilidade, Coimbra, 2010.

³⁰ “Pequena História da Contabilidade”, de Martim Noel Monteiro, APOTEC, 2004.

- Manuel, Alexandre; Carapinha, Rogério e Neves, Dias (Coord.) (1974). PIDE: A história da repressão. Fundão: Journal do Fundão.
- Marques, A.H. de Oliveira (1997). *Guia de história da 1ª República*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Monteiro, Martim Noel (2004). *Pequena história da contabilidade*. Lisboa: APOTEC.
- "O Arquivo da PIDE/DGS" (1997). (Catálogo). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Paulo, Heloísa de Jesus (1996). "Salazar: A elaboração de uma imagen". *Revista História das Ideias* da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.
- "Repressão política e social no regime fascista" (1986). Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa.
- Rosas, Fernando (1986). *O estado novo nos anos trinta 1928–1938*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa.
- Serrão, de Joel (Dir.) (1981). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Sousa, Franco de (1978) (Coord.). *Tarrafal – Testemunhos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Torgal, Luís Reis (2009). *Estados novos – Estado novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.